

- REQUERIMENTO Número / (.ª)
- PERGUNTA Número / XIII (4 .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto: Despedimento coletivo encapotado na TAP

Destinatário: Min. do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Tivemos conhecimento de que na TAP vários trabalhadores Técnicos de Preparação, Planeamento e Compras estão a ser considerados excedentários tendo em conta uma reestruturação que a Administração pretende realizar na parte da logística da empresa. Estes trabalhadores encontram-se neste momento a receber cartas e a serem chamados para lhes ser dada a opção de rescisão por mútuo acordo ou suspensão, alegando extinção do posto de trabalho. Quanto aos trabalhadores a contrato, já foram informados de que este não seria renovado. Estes trabalhadores estão a ser dispensados, num quadro em que a TAP precisa de aumentar o seu quadro de pessoal. Esta é mais uma consequência visível, como o PCP alertou desde o início, dos objetivos da entrada de privados na TAP, explanados no encomendado Projeto RISE, da consultora norte-americana BCG, com a linha condutora de redução da TAP, com uma sobrevalorização da redução de custos, nomeadamente através da redução de trabalhadores, da alienação de serviços e da promoção da precariedade. Não é certamente necessário lembrar que o Estado continua a ser o acionista maioritário da TAP e que por isso o Governo tem uma palavra a dizer sobre o que se está a passar na TAP e na condução do seu futuro, devendo assim impedir mais este inadmissível ataque dos acionistas privados, salvaguardando a TAP como empresa estratégica para a soberania nacional, que tem que ser valorizada.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

1. Que conhecimento tem o Governo desta reestruturação que está a ser levada a cabo na TAP?
2. Em que medida considera o Governo justificável este «despedimento coletivo encapotado», com perda de postos de trabalho e do contributo que estes trabalhadores dão hoje à TAP?
3. O que o Governo pretende fazer para impedir a redução de trabalhadores na TAP e o desmantelamento de serviços?

Palácio de São Bento, 4 de outubro de 2018

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)